

OS PROBLEMAS DE APRENDIZAGEM NO AMBIENTE ESCOLAR: CONDUTA DA ESCOLA E DOS PROFESSORES

*LEARNING PROBLEMS IN THE SCHOOL ENVIRONMENT: CONDUCT OF THE
SCHOOL AND TEACHERS*

*LOS PROBLEMAS DE APRENDIZAJE EN EL AMBIENTE ESCOLAR: CONDUCTA DE LA
ESCUELA Y DE LOS DOCENTES*

Sônia de Fátima Radvanskei¹
Ana Lira Castro de Moura Corrêa²

Resumo

Este trabalho trata sobre a conduta da escola e dos professores frente aos problemas de aprendizagem, tendo como objetivos definir e classificar os distúrbios de aprendizagem e conceituar aprendizagem, discutindo os padrões hegemônicos assumidos como normalidade. A metodologia utilizada foi o estudo exploratório com entrevista semiestruturada, feita com cinco docentes dos anos iniciais do ensino fundamental, uma vez obtida a assinatura do termo livre esclarecido por parte das participantes. Também se realizou revisão bibliográfica de artigos científicos e livros relacionados à temática. Como referencial teórico foram utilizados os estudos de Tarcitano (2017); Zorzi (2004); Oliveira (2017); Crenitte (2013), entre outros que abordam essa temática. Percebeu-se pela pesquisa que a atuação conjunta da escola e dos professores é essencial para viabilizar o aprendizado dos alunos com dificuldades de aprendizagem.

Palavras-chave: Distúrbios de aprendizagem. Transtornos. Dificuldades de aprendizagem. Escola. Professores.

Abstract

This work deals with the conduct of the school and teachers in the face of learning problems, with the objective of defining and classifying learning disorders and conceptualizing learning, discussing the hegemonic standards assumed to be normal. The methodology used was an exploratory study with a semi-structured interview, carried out with five teachers from the early years of elementary school, once the participants signed the free informed consent. A bibliographic review of scientific articles and books related to the theme was also carried out. As a theoretical framework, the studies by Tarcitano (2017); Zorzi (2004); Oliveira (2017); Crenitte (2013) were used, among other authors that address this theme. It was noticed by the research that the joint performance of the school and the teachers is essential to enable the learning of students with learning difficulties.

Keywords: Learning disorders. Disorders. Learning disability. School. Teachers.

Resumen

Este trabajo trata sobre la conducta de la escuela y de los maestros frente a los problemas de aprendizaje; tuvo como objetivos definir y clasificar las dificultades de aprendizaje, definir el aprendizaje y discutir los patrones hegemónicos de lo que se entiende por normalidad. La metodología utilizada fue el estudio exploratorio con entrevista semiestruturada, hecha con cinco docentes de los primeros años de la educación inicial, una vez firmada la aceptación libre y consciente por las entrevistadas. También se realizó revisión bibliográfica de artículos científicos y libros relacionados con la temática. El trabajo, desde el punto de vista teórico, se fundamentó en los estudios de Tarcitano (2017); Zorzi (2004); Oliveira (2017); Crenitte (2013), entre otros que tratan el tema. Se pudo constatar, en la investigación, que la acción conjunta de la escuela y los maestros es esencial para hacer factible el aprendizaje de alumnos con dificultades de aprendizaje.

Palabras-clave: Problemas de aprendizaje. Trastornos. Dificultades de aprendizaje. Escuela. Maestros.

¹ Professora Mestre - Uninter. E-mail: sonia.r@uninter.com.

² Graduanda do curso de Licenciatura em Psicopedagogia – Uninter. E-mail: liravet@yahoo.com.br.

1 Introdução

Distúrbios de Aprendizagem se referem a um grupo heterogêneo de transtornos que independem da inteligência dos indivíduos. Manifestam-se por dificuldades significativas na aquisição e no uso de habilidades para ouvir, falar, ler, escrever e realizar cálculos matemáticos. Presume-se que tais transtornos ocorram devido a uma disfunção do sistema nervoso central, resultando de fatores como diferenças anatômicas, genéticas, atraso neuromaturacional, desequilíbrio neuroquímico ou metabólico e severa deficiência nutricional, como salienta Zorzi (2004). Tais distúrbios configuram obstáculos que atrapalham amplamente as habilidades das crianças em processo de escolarização. Em muitos casos, afeta também a sua vida acadêmica, social, cultural e afetiva, de acordo com os trabalhos de Oliveira (2017), Lopes e Crenitte (2013).

É preciso ressaltar que um problema de aprendizagem não necessariamente se configura como um distúrbio. Existem outros fatores que podem dificultar o aprendizado, como baixos níveis de motivação e atenção ou métodos de ensino inadequados. Compreender que cada indivíduo tem sua forma ótima de aprender e de desenvolver suas potencialidades requer um novo olhar da escola e dos educadores, desmistificando a ideia de um padrão de normalidade para o processo de ensino-aprendizagem.

Zorzi (2004), em seus estudos, esclarece que, caracterizados por dificuldades principalmente na aquisição da linguagem falada, da escrita e do cálculo, os distúrbios ou transtornos de aprendizagem colocam-se como um grande desafio para a educação. A escola e os professores precisam estar preparados para lidar com os portadores de tais transtornos, de forma a atuar na detecção e no desenvolvimento de estratégias que possibilitem a aprendizagem.

Objetivando compreender como a escola identifica e trabalha com quem apresenta tais distúrbios, foi feita uma entrevista com cinco docentes, que lecionam nos anos iniciais do ensino fundamental. Ponto comum entre todos é a constante busca por capacitação e atualização. Segundo a maioria, a escola busca auxiliar os alunos através do encaminhamento à especialistas e/ou ao atendimento psicopedagógico.

A educação da pessoa com deficiência é um direito resguardado tanto pela Constituição de 1988, como pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96), uma vez que estas leis garantem educação para todo e qualquer cidadão brasileiro. Entretanto, como um meio de reafirmar esse compromisso para com estas pessoas, foi criada em 2015 a Lei Brasileira de Inclusão. Em seu Art. 27 a referida lei afirma que

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de

forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015, p. 34).

2 Os distúrbios de aprendizagem

A aprendizagem determina uma transformação na estrutura cerebral. A cada nova experiência do indivíduo, os neurônios — unidades funcionais do sistema nervoso — se rearranjam, surgindo novas conexões sinápticas (conexões entre neurônios com passagem da informação), além do reforço das sinapses já existentes. Essa capacidade de reorganização é chamada de plasticidade cerebral. De acordo com Tarcitano (2017):

A aprendizagem é uma modificação biológica na comunicação entre neurônios, formando uma rede de interligações que podem ser evocadas e retomadas com relativa facilidade e rapidez. Todas as áreas cerebrais estão envolvidas no processo de aprendizagem, inclusive a emoção. (TARCITANO, 2017, p. 230)

Por ser o cérebro plástico, ou seja, capaz de se modificar frente à novas experiências, temos que toda criança é capaz de aprender, inclusive as portadoras de distúrbios que afetem a aprendizagem, sendo necessários ajustes pedagógicos para tanto. Diante de uma patologia que altere o funcionamento neurobiológico cerebral do indivíduo, os educadores precisam utilizar múltiplos recursos e metodologias pedagógicas diferenciadas, a fim de promover o seu desenvolvimento cognitivo, emocional e social, sendo, para isso, necessário conhecer o processo cognitivo destes aprendizes.

Os distúrbios de aprendizagem enfocados nesse artigo serão os classificados como dislexia, disgrafia, disortografia e discalculia.

2.1 Dislexia

Coelho (2013) e Oliveira (2017), nos seus estudos, enfocam que a dislexia afeta a aprendizagem e utilização instrumental da leitura; resulta de problemas na consciência fonológica. Verifica-se baixo desempenho fonológico da leitura, da escrita e da soletração. A criança tem dificuldades de codificar e decodificar o símbolo gráfico e as palavras mais simples. A dislexia lhe impede de fazer uma leitura fluente, crítica e competente de qualquer tipo de texto, além de dificultar a reflexão e a interpretação sobre o que lê. Afeta também o processo de escrita, pois as crianças pulam as folhas do caderno, pulam linhas na hora de escrever, trocam e omitem letras, palavras e invertem sílabas.

2.2 Disgrafia

A disgrafia é um distúrbio que afeta a qualidade da escrita. A coordenação e o ato motor de escrever encontram-se prejudicados, devido a dificuldades na motricidade ampla e especialmente na fina. Problemas com coordenação visomotora, organização têmporo-espacial, lateralidade e direcionalidade também podem estar envolvidos. A letra do aluno que apresenta a disgrafia é considerada uma letra feia, muito pequena ou muito grande; ainda desenvolve uma escrita muito lenta, alongada ou comprida, com espaçamento incorreto entre as letras e as palavras, tornando-as ilegível para o entendimento e para a leitura, como esclarecem Oliveira (2017) e Coelho (2013).

2.3 Disortografia

Os mesmos autores caracterizam a disortografia pelas trocas ortográficas e confusões com as letras, com o que o aprendente não consegue estruturar gramaticalmente a escrita. Esta dificuldade geralmente não implica na diminuição da qualidade do traçado das letras. Nas primeiras séries do ensino fundamental, tais trocas são normais, pois a relação entre a palavra impressa e os sons ainda não está totalmente dominada. Porém, a persistência das trocas ortográficas indica a presença do distúrbio. A criança com disortografia demonstra dificuldades persistentes e recorrentes na organização, estruturação e composição de textos escritos; a construção frásica é pobre e geralmente curta, com múltiplos erros ortográficos.

2.4 Discalculia

Já a discalculia, conceituada pelos autores Oliveira (2017) e Coelho (2013), é uma desordem neurológica específica, que afeta a habilidade de uma pessoa compreender e manipular números. Manifesta-se através da dificuldade para realizar operações elementares de adição, subtração, multiplicação e divisão. Este distúrbio afeta as habilidades de identificar, compreender e manipular números, e essas dificuldades incidem nas tarefas mais simples do dia a dia, como olhar a hora no relógio e contar moedas.

3 Entrevista com professores

Para compreender como a escola e os professores atuam com alunos com distúrbios de aprendizagem, fez-se uma entrevista com cinco docentes que lecionam nas séries iniciais do ensino fundamental. As perguntas foram divididas em três sessões, sendo a primeira delas

referente ao perfil profissional do docente, a segunda ao papel da escola e a terceira ao papel do professor. As entrevistas foram aplicadas no estágio realizado pela autora, depois de obtida a assinatura do termo livre esclarecido.

Dentro do universo dos entrevistados, o tempo de atuação lecionando nas séries iniciais variou entre 4 e 29 anos. Nota-se uma busca pelo entendimento dos alunos com necessidades especiais por parte deles. Quatro possuem formação específica em educação especial ou psicopedagogia, e um deles em neurociências, conforme indica o quadro abaixo:

Quadro 1: Perfil profissional dos professores entrevistados

Perfil Profissional	Qual seu tempo de atuação nas séries iniciais?	Qual curso de graduação/pós graduação fez?	Tem formação específica em educação especial ou psicopedagogia?
Professor 1:	4 anos	Pedagogia	Psicopedagogia
Professor 2:	10 anos	História	Neurociências
Professor 3:	29 anos	Fonoaudiologia/Educação especial e inclusiva	Educação especial
Professor 4:	14 anos	Docência do Ensino Superior/Psicopedagogia	Psicopedagogia
Professor 5:	4 anos	Pedagogia	Psicopedagogia

Fonte: As autoras.

Em relação com o papel da escola na detecção e mediação das crianças, a primeira medida tomada é o encaminhamento ao especialista e/ou ao psicopedagogo/professor itinerante. Na escola do professor 1, os docentes se sentem desamparados pela falta de estratégias de identificação e de medidas de ação para os alunos porventura identificados. Na escola do professor 3, apesar de haver estratégias de identificação e ação, com encaminhamento ao trabalho individualizado no núcleo pedagógico inclusivo, o docente sente-se desamparado para atuar com estes estudantes dentro da sala de aula. Observe a tabela abaixo:

Quadro 2: Papel da escola na identificação e mediação dos problemas de aprendizagem

Papel da escola	1ª medida ao identificar	Estratégias de identificação e ação	Reação da escola ao prof. identificar alunos com dificuldades	Ampara o professor

Prof. 1	Saber se a criança tem laudo	Não tem	Avaliação na Coordenadoria Regional de Educação, dificilmente há retorno com alguma medida	Não, condições da escola dificultam o trabalho
Prof. 2	Encaminha ao especialista	Atividades de sondagem adaptadas	Propõe medidas para sanar as dificuldades	Sim
Prof. 3	Encaminha ao prof itinerante	Trabalho individualizado no núcleo de apoio pedagógico e inclusivo	Com preocupação	Não
Prof. 4	Suporte ao prof, orientação aos pais, encaminha ao especialista	Possui psicopedagoga na escola	De maneira acolhedora	Atualmente sim
Prof. 5	Encaminha à psicopedagoga	Adaptação caso a caso	Chama os pais e revê os métodos	Sim

Fonte: As autoras.

Sobre a atuação dos professores, eles buscam atender às demandas individuais através da utilização de recursos pedagógicos e adaptações curriculares e de rotina em sala de aula. Enxergam como desafio a mediação entre os alunos com e sem distúrbios dentro da mesma sala de aula, bem como a estruturação de um atendimento individualizado. Todos os entrevistados sentem-se bem preparados para atuar com portadores de problemas de aprendizagem, devido à constante busca de atualização, com a realização de cursos de especialização na área, conforme indica o quadro abaixo:

Quadro 3: papel do professor no atendimento às demandas de alunos com distúrbios de aprendizagem

Papel do professor	Estratégias para atender às demandas dos alunos	Cite um exemplo de intervenção	Desafios da intervenção dos alunos com problemas de aprendizagem	Sente-se preparado para atender alunos com problemas de aprendizagem
Prof. 1	Busca realizar atividades diferenciadas de acordo com as necessidades individuais	Atividades para socialização e alfabetização destas crianças	Organizar tempo e atenção aos alunos com e sem dificuldades na mesma turma, ao mesmo tempo	Sim, devido à especialização psicopedagogia
Prof. 2	Atividades com uso de recursos pedagógicos	Produção do PEI	Tecnologias assistivas	Sim, busco constante atualização

Prof. 3	Intervenções individualizadas, orientação aos professores e pais	Luneta feita de PVC para trabalhar dislexia	Estruturação do núcleo de atendimento individualizado	Sim, devido à minha experiência da área de educação especial e especializações na área
Prof. 4	Adaptações curriculares, de rotina, do arranjo espacial da sala de aula	Mural de rotina e tablet como recurso de aprendizagem para aluno com TEA	Aceitação e apoio dos pais	Sim, devido à especialização em psicopedagogia
Prof. 5	Adaptar à realidade	Estratégias para integrar aluno TEA não verbal com controle inibitório alterado	Mediação entre o aluno com distúrbios de aprendizagem e os demais alunos	Sim, devido à especialização em psicopedagogia e agora em neurociências

Fonte: As autoras.

Por meio da entrevista com os professores, podemos observar que em algumas escolas, as iniciativas de inclusão exigem esforço individual. A quantidade de alunos em sala de aula e a falta de parceria da escola trazem dificuldades para trabalhar com as crianças com distúrbios de aprendizagem. Os professores que buscam especialização na área da educação especial, psicopedagogia ou neurociências, sentem-se bem preparados para atender às suas demandas.

Nos estudos de Weiss e Cruz (2007), compreende-se que é de suma importância que a escola parta de um olhar compreensivo e pedagógico acerca das dificuldades apresentadas pela criança. E esse olhar deve acontecer independentemente dos diagnósticos, apresentados ou não. Os autores sugerem estratégias que possam favorecer o processo de aprendizagem. Entre essas estão que a escola desenvolva pequenos projetos, partindo do interesse do aluno, que o estimule a pesquisar conteúdos que se transformem em projetos, sejam eles exposições, dramatizações, entre outros. Utilizar material concreto para o ensino da matemática, como por exemplo, materiais dourados ou blocos lógicos, que tornam os conceitos mais concretos e, conseqüentemente, proporcionam uma melhor aprendizagem. Além disso, recomendam fazer o material didático mais acessível, para facilitar a compreensão de um texto ou algum problema matemático. Diversificar a forma de transmitir o conteúdo e programar atividades lúdicas e jogos, que têm inúmeros pontos favoráveis no que tange ao desenvolvimento, pois despertam o interesse, além de favorecer a construção de conhecimentos, desenvolver a criatividade, entre outros.

4 Considerações finais

A emergência do campo dos transtornos de aprendizagem esteve ligada a uma necessidade de entender diferenças individuais em aprendizagem e em desempenho entre crianças e adultos que apresentavam déficits específicos na linguagem falada ou escrita, enquanto mantinham um funcionamento geral em níveis adaptativos. Além disso, movimentos sociais e políticos ajudaram a desenvolvê-lo. De acordo com as ideias de Fletcher *et al.* (2009):

O movimento dos transtornos de aprendizagem desenvolveu-se como um campo aplicado de educação especial, movido por forças sociais e políticas, e pela necessidade de proporcionar serviços para jovens cujas características de aprendizagem não estavam sendo tratadas adequadamente pelo sistema educacional. (FLETCHER *et al.*, 2009, p.24)

Um novo olhar para pessoas com distúrbios de aprendizagem surgiu juntamente com ferramentas para detecção, avaliação e tratamento de tais condições. Nas pesquisas de Relvas (2017), observa-se uma grande demanda destes alunos, o que requer uma escola preparada para favorecer a aprendizagem. Não apenas para os portadores de distúrbios, mas também para aqueles que experimentam dificuldades relacionadas a fatores socioculturais e psicoemocionais, que afetam diretamente a aprendizagem.

O sucesso escolar favorece o desenvolvimento socioafetivo do indivíduo. A escola deve ter recursos diferenciados e incentivar a formação de profissionais especializados e habilitados para lidar com distúrbios e dificuldades de aprendizagem, possibilitando as melhores condições para o aprendiz. Mazer, Bello e Bazon (2009) indicam, nas suas pesquisas, que a criança, ao vivenciar situações de baixo rendimento escolar, desenvolve sentimentos de baixa autoestima, diminuindo a sua capacidade produtiva. Esses sentimentos podem trazer como consequência déficits nas habilidades sociais, problemas emocionais ou de comportamento. A aceitação por seus pares etários e familiares também é comprometida, assim como outras áreas de desenvolvimento.

Os professores, como salientam os autores Bastos e Alves (2013), Relvas (2017), Hoppe e Sperhacke (2017), devem buscar constante aprimoramento para trabalhar em salas de aula cada vez mais diversificadas. Devem estar cientes de seu importante papel frente à construção de conhecimentos, ajustar os trabalhos para permitir o desenvolvimento máximo das aptidões de cada um. Como não há ensino quando não há aprendizagem, cabe ao professor indagar-se de que forma pode proceder a fim de que o aprendiz tenha significado para o aluno, atuar na zona de desenvolvimento proximal para que ele possa construir novas relações a partir daquilo que já conhece, principalmente no âmbito da educação inclusiva. A função da escola e

do educador é promover eventos que colaborem com a sociabilidade e o prazer de aprender de maneira mais solidária e cooperativa.

Sendo a escola palco do surgimento dos transtornos e dificuldades de aprendizagem, não poderia se eximir do papel de detecção e manejo desta condição. A realização de um trabalho em conjunto dos professores com os demais atores da equipe escolar possibilita a inclusão dos alunos e a superação das suas dificuldades, favorece a sua adaptação socioemocional e intelectual, promovendo uma aprendizagem efetiva.

Referências

BASTOS, Lijamar de Souza; ALVES, Marcelo Paraiso. As influências de Vygotsky e Luria à neurociência contemporânea e à compreensão do processo de aprendizagem. **Revista Práxis**, [s.l.], v. 5, n. 10, p. 42-53, 13 dez. 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.25119/praxis-5-10-580>.

BRASIL. **LEI Nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Presidência da República Secretária-geral Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 30 ago. 2019

COELHO, Diana Teresa. **Dificuldades de aprendizagem específicas: dislexia, disgrafia, disortografia e discalculia**. 1. ed. São Paulo: Areal Editores, 2013.

FLETCHER, Jack M.; LYONS, G.R.; FUCHS, L.S.; BARNES, M.A. **Transtornos de aprendizagem da identificação à intervenção**. Porto Alegre: Artmed, 2009. p. 339.

HOPPE, L; SPERHACKE, S. Metodologias ativas na educação: uma perspectiva da neuroaprendizagem. **Revista Eletrônica Interações Sociais-REIS**. v. 1, n. 2, p. 131-146, 2017.

LOPES, Raquel Caroline Ferreira; CRENITTE, Patricia Abreu Pinheiro. Estudo analítico do conhecimento do professor a respeito dos distúrbios de aprendizagem, **Rev. CEFAC**, São Paulo, v. 15, n. 5, 2013.

MAZER, Sheila Maria; BELLO, Alessandra Cristina Dal; BAZON, Marina Rezende. Dificuldades de aprendizagem: revisão de literatura sobre os fatores de risco associados. **Psicol. educ.**, São Paulo, n. 28, p. 7-21, jun. 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752009000100002&lng=pt&nrm=iso. Acessos em: 17 abr. 2020.

OLIVEIRA, Rosane de Machado. A importância de analisar as dificuldades de aprendizagem no contexto escolar: dislexia, disgrafia, disortográfica, discalculia e transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH). **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. n. 2, v. 16. p. 492-521, 2017.

RELVAS, M.P. (org.). **Que cérebro é esse que chegou à escola?** as bases neurocientíficas da aprendizagem. 3. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2017.

TARCITANO, L.A.C. Neuroplasticidade cerebral e aprendizagem. *In*: RELVAS, M.P. (org.) **Que cérebro é esse que chegou à escola?** as bases neurocientíficas da aprendizagem. 3. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2017. p. 211-236.

WEISS, A. M. L.; CRUZ, M. M. da. Compreendendo os alunos com dificuldades e distúrbios de aprendizagem. *In*: Rosana Glat (org.). **Educação inclusiva:** cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007, p. 65-78.

ZORZI, J.L. **Os distúrbios de aprendizagem e os distúrbios específicos de leitura e da escrita.** São Paulo: Cefac, 2004.

ZUCOLOTO, Karla Aparecida; SISTO, Fermino Fernandes. Dificuldades de aprendizagem em escrita e compreensão em leitura. **Interação em Psicologia**, n. 6, v. 2, p. 157-166, 2002.